

## **004ª AUDIÊNCIA PÚBLICA 08MAIO2017**

**Pauta:** Debater sobre o PLCL nº 021/16, que institui o Programa Municipal do 1º Emprego

**O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (José Luís Espíndola Lopes):** (19h16min) Senhoras e senhores, boa noite. O Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, no uso de suas atribuições legais, convida a comunidade porto-alegrense para a Audiência Pública com o objetivo de debater sobre o PLCL nº 021/16, que institui o Programa Municipal do 1º Emprego e inclui art. 19-B na seção 1 do capítulo II do título II da Lei Complementar nº 07, de 7 de dezembro de 1973, e alterações posteriores, dispendo sobre cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza de empresa que aderir a esse programa, a realizar-se às 19 horas do dia 8 de maio de 2017, na sala de Reuniões das Comissões Permanentes, nº 301, da Câmara Municipal de Porto Alegre, na Av. Loureiro da Silva, nº 255, nesta Capital, com o objetivo de debater o projeto acima referido. Gabinete da Presidência, 11 de abril de 2017. Ver. Cassio Trogildo, Presidente. Compõem a Mesa desta Audiência Pública: Ver. André Carús, Presidente desta Audiência; Sr. Darci Cunha, Diretor Técnico, representante do FGTAS; Sra. Geórgia Volkmer, Gerente de Qualificação do Trabalho e Emprego da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social; Sr. Luciano Morales, Coordenador da Agencia Sine/RS0p da Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social; Sr. Jorge Vicente Ribeiro, representante da Associação Comercial de Porto Alegre. Estiveram presentes nesta Audiência e saíram por compromissos particulares os Vereadores Marcelo Sgarbossa e Valter Nagelstein.

O Ver. André Carús, Presidente desta Audiência Pública, está com a palavra.

**O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CARÚS):** (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Vou fazer algumas considerações preliminares a respeito do projeto. Este é um projeto que tramita na Casa desde 2010, de minha autoria, no meu primeiro mandato. É um Projeto de Lei Complementar que altera a legislação tributação do Município, desde 1973 – de lá para cá, sofreu diversas alterações –, que estabelece no seu escopo um benefício fiscal, conforme adesão das empresas serem parceiras dessas iniciativas de inserção no Programa do Primeiro Emprego Municipal. Nesses eslaides que vou passar agora, nós fizemos um pequeno resumo do texto do projeto e as suas principais finalidades para dividir com cada um de vocês. Primeiro, no campo conceitual, é

importante colocar que os jovens, de um modo geral, constituem um dos grupos populacionais mais afetados pela incidência do desemprego. Hoje, estamos enfrentando no País uma recessão econômica muito séria, e os últimos dados apurados pelo IBGE dão conta de cerca de quatorze milhões e duzentos mil desempregados em todo o País. Aí, claro, existem muitas literaturas e outras ações que se desenvolvem no sentido de conceituar o comportamento e perfil da juventude no que diz respeito ao mercado de trabalho, e aí se colocam quais são os principais obstáculos que os jovens encontram hoje para conquistar o primeiro emprego. Os principais obstáculos estamos colocando aqui: ausência de experiência anterior, o que muitas vezes é exigido pelo empregador alguma experiência anterior em outra colocação; a formação educacional inadequada, não há por parte de alguns setores da juventude, não só porto-alegrense, mas gaúcha e brasileira, uma qualificação profissional suficiente para aquela vaga que é ofertada; a maior sensibilidade do emprego e desemprego juvenil ao comportamento cíclico das economias. Como falei antes, hoje estamos enfrentando um cenário de grande recessão econômica, o que causa, por consequência, uma oferta mais reduzida por parte do setor privado, não só para a juventude, mas todas as faixas etárias da nossa população, também o jovem não se identificar de acordo com o seu status no mercado de trabalho. Com relação ao nosso projeto, por que ele é um Projeto de Lei Complementar? Como coloquei antes, a lei tributária do Município é de 1973, de lá para cá muitas alterações foram promovidas e a principal delas foi a Constituição Federal de 1988. Nós temos em Porto Alegre um programa semelhante que contempla benefício fiscal para estimular o acesso ao ensino superior, que é o programa Unipoa, desenvolvido pela Prefeitura Municipal com universidades, faculdades e centros de ensino superior cadastrados junto à Prefeitura. O Unipoa consiste que cada uma das universidades cadastradas tenha direito a recolher alíquota mínima do ISSQN, que é o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, um imposto recolhido pelo Município, e essa alíquota mínima é paga por essa universidade na contrapartida que elas devolvem para o município, é abrir um percentual de bolsas de estudo de até 50% para aqueles jovens que não têm ainda oportunidade de acessar o ensino superior. O nosso projeto de criação do Programa do Primeiro Emprego no âmbito municipal, ele respeita a mesma lógica de um outro programa municipal, que é o Unipoa, que estimula o acesso ao ensino superior. Então, não há nenhuma diferença em relação a isso, são objetos distintos, mas dois objetos que promovem inclusão da juventude para se qualificar, uma vez que tem oportunidade de custear pela metade o seu

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
004ª Audiência Pública 08MAIO2017

Pauta: Debater sobre o PLCL nº 021/16, que institui o Programa Municipal do 1º Emprego

ensino superior pelo Unipoa, e, este ano, foram abertas novas inscrições para esse programa. Esse projeto, sendo aprovado e sancionado, vai se tornar uma lei municipal que vai possibilitar isso. O nosso projeto contempla o cadastramento de empresas junto à Prefeitura que contratem jovens na faixa etária dos 18 aos 29 anos. Efetivando isso, teriam direito ao benefício fiscal de recolher a alíquota mínima de ISSQN, hoje estipulada em 2%. Por que nós entendemos que é importante que seja estabelecido isso por meio de uma lei complementar? Porque é um projeto que consolida uma política pública para a juventude. Muitas vezes, as políticas públicas voltadas para o segmento jovem não têm uma continuidade, justamente porque não são instituídas por lei. Essa nós pretendemos que seja perene e não efêmera, que tenha produção de efeitos ao longo do tempo, que se renove a cada governo e não só pela orientação política dos governos, mas que seja uma política pública efetiva, uma política de Estado, que diferentes governos, seja qual for a sua orientação política, possam aplicar.

Agora entrando especificamente no texto do projeto. O art. 1º, no seu *caput*, coloca justamente aquilo que eu coloquei anteriormente, que é o sentido principal do programa. É importante que, dentro desse cadastramento... Até dezembro do ano passado, nós tínhamos a Secretaria Municipal de Trabalho e Emprego, que agora teve as suas atividades incorporadas à Secretaria de Desenvolvimento Social. Possivelmente, e nós esperamos que seja aprovado, será a Secretaria de Desenvolvimento Social que terá a responsabilidade pela gestão do programa, pelo cadastramento das empresas e, ao mesmo tempo, pela captação de jovens interessados. O art. 1º dá o sentido do projeto.

No art. 2º, nós deixamos muito transparente quais são os atores que poderão aderir ao Programa do Primeiro Emprego: são todas as empresas que possuem regularidade fiscal, inscritas no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, o CNPJ, perante as esferas municipal e estadual. O cadastro dessas empresas se dará junto à Prefeitura Municipal. Nós deixamos em aberto o cadastro junto à Prefeitura, porque não queríamos deixar o projeto inorgânico. Uma vez que nós colocássemos ali: "ficará vinculado à secretaria A ou B", projetos semelhantes que tramitaram aqui na Casa tiveram pareceres contrários, porque pareceria que o Poder Legislativo estaria invadindo o poder de decisão, de definição do Poder Executivo. Então, nós deixamos de maneira genérica, para que, numa regulamentação posterior, a Prefeitura determine qual o órgão da sua estrutura, que eu imagino, pela natureza das atividades hoje estabelecidas, seja a Secretaria de Desenvolvimento Social.

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
004ª Audiência Pública 08MAIO2017

Pauta: Debater sobre o PLCL nº 021/16, que institui o Programa Municipal do 1º Emprego

No art. 3º, nós deixamos escrito que essas empresas devem adotar um percentual a ser definido por elas, de acordo com o seu quadro funcional. Obviamente, uma empresa de médio ou pequeno porte, ela vai adequar o seu percentual conforme o total de funcionários que possui. O mesmo vale para uma grande corporação, que tem um número muito maior. É obrigatório que se cumpra um percentual mínimo, obedecendo à faixa etária dos 18 aos 29 anos.

No art. 4º, a gente estabelece outra obrigação da Prefeitura, que deverá informar, com regularidade, as empresas que mantiverem as condições de adesão e os percentuais referidos no art. 3º. O que é que acontece? Uma empresa que se cadastrou no ano de 2018, por exemplo, pode ser que, no ano de 2019, não tenha interesse em continuar com o programa, muito embora continue tendo o direito de recolher e pagar pela alíquota mínima do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza. Mas caberá à Prefeitura informar, porque o jovem tem, muitas vezes, a possibilidade de aderir ao programa por uma empresa e, no ano seguinte, essa empresa resolve que não faz mais parte do programa. Ela pode preservar os contratados que já teve no ano anterior, mas não abre possibilidade para novas contratações. Então, o que é que nós pretendemos com o art. 4º? Que a Prefeitura informe ao público interessado, que são os jovens na faixa etária estabelecida, quais empresas estão efetivamente cadastradas no programa e abertas a receber novas contratações.

No art. 5º, é uma questão técnica que nós tivemos que adequar, e foi também por solicitação da Diretoria Legislativa. Nós tivemos que mudar, houve uma alteração. Aqui fica bem claro como está o art. 21 da Lei nº 007/73, que é a Lei Tributária do Município, e como vai ficar a redação do art. 5º da nossa lei. Porque lei complementar inclui, naquela lei de 1973, esse benefício fiscal, por isso é uma lei complementar. O Projeto de Lei Complementar nº 021/2010, que propõe a criação do Programa Municipal do Primeiro Emprego, ele faz com que a Lei nº 007/73 faça a previsão de que as empresas que contratarem jovens de 18 a 29 anos terão direito a esse benefício fiscal. Aqui é só uma questão técnica, para que vocês tomem conhecimento de que, lá na lei de 1973, vai ficar o art. 21 com mais um inciso, que é o inciso 27 recém-incluído. Nesse mesmo art. 21, está o inciso também do programa a que eu fiz referência no início, que é o Unipoa, que é o benefício fiscal para as faculdades, universidades, para quem acessa o ensino superior. O processo que tramita aqui na Casa é o nº 2.594/2010, o Projeto de Lei Complementar é o nº 021/10, vocês podem acompanhar o andamento dele pelo *site* da Câmara, ele é

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
004ª Audiência Pública 08MAIO2017

Pauta: Debater sobre o PLCL nº 021/16, que institui o Programa Municipal do 1º Emprego

público, aberto. Eu quero só colocar para vocês que esse projeto já foi examinado em quatro comissões permanentes da Casa, enfrentou todo o processo legislativo e, nas quatro comissões, teve um parecer favorável. Ele já está na Ordem do Dia, pronto para ser votado. Nós resolvemos fazer essa audiência pública para dar conhecimento à população, para quem compareceu e, obviamente, dar repercussão, para que nós possamos, nas próximas reuniões do colégio de líderes da Casa, priorizar a votação. Agora ele vai enfrentar um debate, uma discussão em plenário. Nós aguardamos que fosse realizada a audiência pública para colocar na ordem de prioridade. De qualquer maneira, caso vocês queiram ter conhecimento dos pareceres que foram emitidos pelas Comissões Permanentes, favoráveis, e do andamento completo desse projeto pelo *site* da Câmara, que é o [www.camarapoa.rs.gov.br](http://www.camarapoa.rs.gov.br), no *link* específico de consulta a projetos, vocês podem procurar pelo número ou pelo autor da matéria, que sou eu, Ver. André Carús.

Eu quero trazer algumas informações que reforçam a importância desse projeto, porque o problema do desemprego, o drama do desemprego, não é um problema local, ele é global, mas nós podemos solucioná-lo parcialmente ou buscar melhorias com soluções locais. E esse é o propósito, a finalidade maior do nosso projeto. O IPEA, por exemplo, diz que jovens entre 14 e 24 anos são os mais atingidos pelo desemprego – este é um dado bem recente, dá conta de todo o Brasil na última Carta de Conjuntura divulgada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicado, IPEA, que tem uma atuação nacional. A taxa total de desemprego do trimestre retrasado era de 11,8% e, entre os jovens dessa faixa etária, chegou a 27,7%. Em Porto Alegre, de 1,5 milhão de habitantes que nós temos na nossa Cidade, cerca de 350 mil estão nessa faixa etária de 18 a 29 anos. Então, é importante ter a dimensão do número de pessoas que seriam beneficiadas por uma política pública como esta.

Um outro dado que tem neste *slide* que é importante salientar e que foi colocado no início: um dos entraves para que o jovem consiga com facilidade uma vaga no mercado de trabalho é a sua desqualificação. Então, desse total, no Brasil, dos 28% que estavam desempregados, 21,4% não tinham nem ensino médio completo.

Outra notícia importante que a gente compartilhou e que foi divulgada pelos jornais Estadão e Zero Hora no final do mês de janeiro deste ano foi do aumento da taxa de desemprego, ficou em 12%, atingiu a maior taxa no País, a de 2012. No último trimestre de 2016, o País contabilizou 12,3 milhões de pessoas desempregadas. Então, houve um

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
004ª Audiência Pública 08MAIO2017

Pauta: Debater sobre o PLCL nº 021/16, que institui o Programa Municipal do 1º Emprego

crescimento de 36% em relação ao primeiro trimestre de 2015. Aqui está demonstrado numa curva o quanto cresceu de 2012 para cá, 2016, a taxa de desemprego. Este é um dado que foi colhido do Grupo RBS.

Este aqui é um dado importante. Esta é uma pesquisa divulgada pela Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul, e, para que vocês possam ter uma ideia, desde 2015 para cá, quando a taxa de desemprego só cresceu no Brasil, a taxa de desemprego na Grande Porto Alegre, uma região de forte adensamento populacional, foi a que mais cresceu. Então, foi de 78% em dois anos, 212 mil pessoas chegaram a ficar sem trabalho, é um número equivalente, comparando com o Município de médio para grande porte no Interior do Estado, a quase toda a população de Passo Fundo.

Enfim, o que eu queria colocar para vocês é que este projeto é muito simples, ele simplesmente traz a possibilidade de efetivá-los por lei, o que ainda não existe em Porto Alegre, é uma política pública de acesso ao mercado formal de trabalho para a juventude. Ele faz isso obviamente buscando o apoio do setor privado. O orçamento público nós sabemos que tem um cobertor muito curto, só o orçamento público é insuficiente para atender todas as demandas, as necessidades de colocação da juventude no mercado de trabalho. Nós tivemos, em nível federal, há alguns anos, uma mudança importante na lei dos estágios, o que, de certa maneira, reduziu a capacidade remuneratória da juventude a partir do estágio, porque limitou a carga horária de execução ao mesmo tempo em que garantiu que o estudante de um determinado curso, seja tecnólogo, ou superior, ou até mesmo estudante do ensino médio, pudesse ter um aprendizado efetivo no estágio; a capacidade remuneratória do estagiário, com a mudança da lei federal, há alguns anos, foi reduzida. Então, aquele jovem que tinha na vaga de estágio oportunidade de custear os seus estudos atuais ou futuros ou até mesmo ajudar à sua família, muitos desses jovens, na faixa etária que nós estamos procurando atender com o projeto, já são pais de família, já têm filhos, têm estruturas familiares para sustentar. Então, a necessidade maior para que este projeto dê certo é de que o setor privado possa participar, porque, não havendo participação do setor privado, não haverá adesão, e obviamente o Poder Público, nesse contexto, entra como um indutor do desenvolvimento social e econômico. Mais emprego é injeção na economia, mais emprego é geração de renda e oportunidades, mais empregos é inclusão social. É por isso que o Poder Público deve fazer o seu papel, aplicando esta lei; sendo aprovada, o setor privado não vai ser pago para contratar jovens ou um percentual de jovens conforme o quadro funcional de cada

empresa, muito pelo contrário, o setor privado terá direito a recolher uma alíquota mínima de um imposto do Município, que é um benefício fiscal, a exemplo do que temos hoje para favorecer o acesso ao ensino superior.

Então, é um projeto simples, mas é merecedor de toda a relevância, porque, na medida em que esta juventude não acessa o mercado de trabalho, ela também não consegue se qualificar, não consegue completar os seus estudos, e nós acabamos tendo que disputar – e aí falo como Poder Público –, principalmente o Poder Executivo, esses jovens com a criminalidade. Isso ocorre em muitas regiões principalmente as mais conflagradas de Porto Alegre. Foi feita aqui a minha apresentação.

O Sr. Darci da Cunha, Diretor Técnico da Fundação Gaúcha do Trabalho e Assistência Social, está com a palavra.

**O SR. DARCI CUNHA:** Obrigado pelo convite. É uma satisfação estar aqui discutindo um tema tão importante. Ver. André Carús, ao cumprimentá-lo, cumprimento os componentes da Mesa. Somos seguidamente chamados a debater sobre a empregabilidade, visto que estamos à frente da instituição Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social, e eu, na função de Diretor Técnico, tenho o meu dia a dia bastante pautado na empregabilidade. De antemão, quero parabenizá-lo pela iniciativa. Só o fato de dedicar algumas horas pensando sobre o jovem que está hoje lutando por um emprego já faz do seu mandato, do seu trabalho, algo a ser reconhecido.

Do meu lado está o Luciano Mirales, que trabalha no dia a dia e enfrenta esta realidade mais no balcão, atendendo o público que nos atende nas agências Sine. É claro que este projeto que está em pauta aqui hoje é do Município de Porto Alegre, portanto o Sine municipal se depara com a situação mais evidente, com os que procuram o Sine, que são moradores de Porto Alegre, as empresas de Porto Alegre, principalmente, e, quando a empresa recebe algum incentivo para que se sinta movida e demandada para procure esse jovem, aceite-o e abra as portas para o jovem que está procurando emprego isso já é um fator muito positivo. Para isso, temos que... (Ininteligível...) ...dar oportunidade para a empresa ter alguma vantagem nisso, por isso o benefício fiscal.

No dia a dia, nas agências do Sine, quando nos deparamos com... (Problemas técnicos nos som...) ...2016 em todo o ano nós colocamos à disposição da comunidade no Rio Grande do Sul 80 mil vagas no Estado, durante o ano, e conseguimos preencher 22 mil destas vagas. É frustrante uma equipe imensa, 135 agências no Estado, sendo que aqui

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
004ª Audiência Pública 08MAIO2017

Pauta: Debater sobre o PLCL nº 021/16, que institui o Programa Municipal do 1º Emprego

na Capital temos 4 agências, encaminhando e recebendo o candidato a uma vaga de emprego; a vaga está ali, e nós não conseguimos preencher. Dois fatores são relevantes. Por um nós assumimos a responsabilidade, e por isso estamos tomando as nossas iniciativas, que é a forma que encaminhamos o candidato à vaga. Precisamos melhorar o encaminhamento e por isso estamos retomando os treinamentos a partir deste ano. Em 2017, serão cinco treinamentos de três dias cada para os atendentes lá no balcão, para que recebam melhor esse candidato a uma vaga e o encaminhem de uma forma mais adequada, mais dentro do perfil que o empresário busca, porque, se encaminhar fora do perfil, não é só aquele candidato que vai lá e vai se frustrar e não assumir uma vaga, não preencher uma vaga; o empresário também vai ficar frustrado com o nosso trabalho e, provavelmente, da próxima vez, não nos procure para fazer este encaminhamento. Então, esta parte já providenciamos, já fizemos um treinamento e este mês faremos o segundo treinamento.

Mas o fator mais relevante: por que não preenchemos essas vagas? É pela falta de qualificação. Não é só a qualificação do curso superior ou do curso médio, enfim. Isso afeta? É claro que afeta. Mas o comportamento numa entrevista é um fator que elimina muitos candidatos. Já perde a vaga na entrevista. A forma de se vestir, a linguagem que usa perante o empregador, que, às vezes, tem faixa etária muito distante do entrevistado, daquele que está procurando vaga, aí falando especificamente do nosso jovem.

O desemprego dos 18 aos 29 anos é brutal, muito maior do que a estatística mostra. Então, o comportamento do jovem no momento de fazer uma entrevista é muito importante. Devemos orientá-lo para responder as dez principais perguntas, as mais efetivas perguntas de uma entrevista de emprego, prepará-lo para responder a estas perguntas, porque muitas perguntas, por mais que o empregador as faça com a melhor das intenções, para o candidato, às vezes, parece uma armadilha. Por exemplo, uma pergunta que muita gente cai: qual a sua expectativa de salário? Puxa vida! Como responder a isso, Vereador? Quanto você quer ganhar? É horrível responder. Mas tem treinamento para responder a esta pergunta de uma forma educada, bem direcionada e que não prejudica a sua entrevista. (Problemas técnicos no som.) ...mal respondido, o candidato cai ali. Parece absurdo, mas é com o que nós nos deparamos no dia a dia. Então, nós, nesse sentido, buscamos parceria com universidades, com o Sistema S também, mas principalmente com as universidades, para orientar lá no ambiente da nossa agência do Sine, dando orientações de 15 minutos, de meia hora, de uma hora, de



como se comportar numa entrevista, de qual a linguagem que deve ser evitada numa entrevista, para não usar muita gíria, o que é muito comum no jovem, na sua linguagem do dia a dia, com os seus amigos, dentro da escola e até na universidade; às vezes, tem uma linguagem com palavras que o empregador não vê com bons olhos no momento da entrevista. Então, estes treinamentos, estas palestras rápidas, relâmpagos, nós estamos fornecendo já há algum tempo. No ano passado, efetivamos muitos treinamentos, e a empregabilidade melhorou um pouco nesse sentido, mas ainda é frustrante. Não conseguimos preencher as vagas que existem no mercado de trabalho, e a pesquisa nos mostra, em alguns segmentos, por exemplo na área da empregada doméstica, neste segmento doméstico, que reduziu a empregada mensalista, que é a que tinha um emprego mensal – boa parte agora com a carteira assinada, mas, mesmo sem a carteira assinada, mas empregadas ou empregados, sendo que 93% dos empregados domésticos são mulheres; reduziu o emprego mensal e aumentou o diarista. Por que, Ver. André, a gente percebe isso e nos preocupa? É um desmoronamento da qualidade do emprego, porque o chefe de família, que tinha empregada mensalista que trabalhava 15 dias na sua casa por mês, no momento em que ele perde o emprego, ele tem que tomar alguma atitude de redução de custos da sua estrutura familiar e, muitas vezes, o primeiro passo que toma é transformar a empregada que era mensal em diarista para fazer duas, três faxinas por mês. Isso é o desmoronamento da qualidade de emprego do nosso Estado, do nosso País. E o jovem que está desempregado... (Ininteligível.) ...jovens no período de universidade, com 22 anos, e fico apreensivo, porque ele vai daqui a um ano, dois, estar nesse mercado de trabalho, sendo que o experiente, o chefe de família que lá está com os seus trinta e poucos, 40, 50 anos, que já tem experiência, teve carteira assinada, vai concorrer talvez com um jovem na mesma função, na mesma profissão. E o jovem, mais uma vez, vai estar prejudicado porque ele não tem um histórico na sua carteira, é primeiro emprego. E se não tiver esse incentivo para a empresa dar prioridade ao jovem, cada vez mais prejudicado ele vai ficar. Então, Ver. André Carús, eu recebo com muito prazer e fiquei muito contente por ser chamado hoje para participar deste debate junto com vocês e com essa plateia. Dando incentivo à empresa, com certeza o jovem vai ter um alento na sua empregabilidade, e, quem sabe, a gente encerre um ano com índices um pouco mais alentadores para esse segmento da sociedade, que amanhã estará conduzindo as empresas e todo o mercado de trabalho na nossa Cidade, no nosso Estado e no nosso

País. Torcemos por isso. Fico na torcida que o seu projeto seja muito bem-sucedido e pode contar conosco sempre.

**O SR. PRESIDENTE (André Carús):** Obrigado, Darci. A Sra. Geórgia Volkmer, representando a Gerência de Qualificação do Trabalho e Emprego, da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social, está com a palavra.

**A SRA. GEÓRGIA VOLKMER:** Boa noite. Sou assistente social e desde 2012 eu estava trabalhando na então Secretaria do Trabalho e Emprego - já venho lidando com essa questão do desemprego há algum tempo; e, agora, na Secretaria de Desenvolvimento Social. Acho interessante e fico muito feliz com a proposta desse projeto de lei, porque é algo que a gente já conversava muito: o que mais fazer para conseguir que as empresas acolhessem o jovem. Acho também interessante salientar que a Secretaria de Desenvolvimento Social englobou sete secretarias – Trabalho e Emprego, Secretaria da Juventude, Secretaria de Acessibilidade, Direitos Humanos e Esportes -, e aí, vinculados ainda à SMDS estão a FASC e o DEMHAB. Então, com certeza a nossa secretaria vai estar envolvida nesse projeto, pela juventude, pela questão do trabalho, entre outros.

Nós temos também, que é o mesmo Sine, é o mesmo convênio que o Estado, temos o Sine Municipal, onde eu também atuo, fico na parte de gestão, onde também penso na qualificação profissional e também trabalho na ponta, eu faço atendimento social ao trabalhador. Geralmente o jovem ou qualquer outro cidadão que consegue fazer entrevistas e passa a ouvir muitos “não” ou começa “n” vezes a sair do Sine sem pelo menos uma cartinha de encaminhamento, e eles começam a se desesperar e tentar entender o que está acontecendo. “Por que eu não consigo entrar?”, “O que tem de errado comigo?” E aí, é quase que repetitivo, assim, um dos principais fatores, antes de mais nada, é o nível de escolaridade. Isso é fato. Algumas empresas já são voltadas para o público jovem, já estão admitindo, dão preferência para jovens, sem experiência porque eles até preferem treiná-los. Mas o fato de não ter nem o Ensino Fundamental completo complica muito. Aí, quais são as vagas que a gente consegue, que as empresas colocam? Serviços gerais, repositor no supermercado. E os jovens que vão lá, de um modo geral, não ficam muito felizes, não se tem o perfil para essas vagas; eles querem algo melhor e a gente não consegue. Realmente, é um casamento; o que o Sine faz é casar o perfil do empregado com o perfil da vaga. A gente faz, o sistema faz isso. Nós

temos muitas dificuldades de buscar empresas para colocar as vagas. As empresas vão colocar as vagas dentro do Sine por quê? Dentro do convênio do Ministério existem alguns quesitos que a gente não pode fechar no perfil, por exemplo, determinar o sexo: masculino ou feminino. Algumas empresas preferem colocar as vagas em empresas privadas de RH porque lá vão conseguir dizer o perfil que querem; e lá no Sine não. Então, essa busca ativa de vaga às vezes complica também. Ainda mais sabendo que o perfil da população que vai no Sine, pois a eles falta um pouco de capacitação profissional, falta escolaridade e são pessoas, geralmente, de extrema vulnerabilidade. Ainda hoje de manhã, eu atendi uma menina, 20 anos, sem experiência nenhuma, saiu de casa muito jovem ainda porque estava grávida, tem três filhos, e aí foi aquela busca que eu mesma sentei na frente dela tentando casar o perfil. Há até empresas que aceitam a falta de experiência, mas como ela, sozinha, sem uma referência familiar, com três filhos? Eu consegui! Fazendo um perfil, talvez a empresa ficasse... Talvez vá haver alguma questão, mas eu consegui casar isso aí. Fiquei feliz porque ela conseguiu sair com uma cartinha. E junto com isso, no atendimento social, o que a gente fez? Já dei dicas de entrevista, como é que ela tinha que se portar, porque o que parece óbvio para algumas pessoas, o jovem que não tem experiência, às vezes ele chega na frente do entrevistador e ele quer mostrar quem ele é: "Eu sou assim e tu vai ter que me aceitar do jeito que eu sou." A gente sabe que no mundo formal não funciona assim. Então, a gente dá dicas, pelo menos, de como se apresentar, como conseguir esse emprego.

Como eu disse, fico feliz. Acredito também que a gente poderia pensar, não sei se no mesmo projeto, ou num futuro, a questão do egresso prisional. Eu atendo muito egresso prisional, muitos meninos saindo da FASE, e esses, sim, não consigo, de jeito nenhum, colocar nas empresas; as empresas não aceitam. E aí, como a gente fala em reinserção social se ninguém quer dar oportunidade? Então, justamente esses mais vulneráveis... Ficamos pensando, minha equipe e eu, em alguma coisa, talvez ao estilo, não sei, "vagas sociais", alguma coisa que fosse de interesse para a empresa. Quem sabe possa ser por aí uma solução, não é? Porque fica difícil.

Acho que era isso, então, que eu tinha para falar, e me coloco à disposição para maiores esclarecimentos depois.

**O SR. PRESIDENTE (André Carús):** Obrigado, Geórgia. Quero aproveitar para saudar e convidar a compor a mesa o Sr. Marcos Adriano Prestes, Presidente da Uges – União

Gaúcha dos Estudantes Secundaristas. O Jorge Vicente Ribeiro, representante da Associação Comercial de Porto Alegre, está com a palavra. Reitero que, caso alguém da plateia queira fazer suas inscrições, elas continuam abertas, e nós temos o limite de até dez inscrições, de acordo com as regras da audiência pública. Com a palavra o Sr. Jorge Vicente Ribeiro, que representa a Associação Comercial de Porto Alegre.

**O SR. JORGE VICENTE RIBEIRO:** Ao cumprimentar o Ver. André Carús, cumprimento a Mesa e demais participantes desta audiência. Estou representando a presidência da Associação Comercial de Porto Alegre, o presidente Paulo Afonso Pereira, e não é de estranhar que alguns de vocês, provavelmente, tenham ouvido o nome da Associação Comercial de Porto Alegre pela primeira vez, independente da idade que tenham, até porque, se o senhor me permite, a Associação Comercial tem, por mais de 80 anos, não é uma crítica nem nada, o mesmo presidente que a Federasul, e de setembro do ano passado para cá, a Associação tem um presidente próprio, e dentro dessa linha, existe uma diretoria que estaria diretamente voltada aos problemas de nossa Cidade em todos os sentidos. A atual diretoria, a atual presidência, pensa que a sociedade como um todo é que vai ter que se reunir para resolver as dificuldades de Porto Alegre, e os porto-alegrenses vão ter que caminhar juntos, independente de partido político, independente de ideologia, mas vamos ter, todos, que caminhar por um sentido só. Nós estamos falando aqui da questão de desemprego do jovem, não é muito diferente de outro desemprego, apenas o jovem, provavelmente em determinadas situações, tem mais dificuldades, dada a questão de experiência e coisa assim. Se formos para o lado do idoso, vamos encontrar dificuldades, se formos para o portador de necessidades especiais - mesmo tendo lei, pois as empresas são obrigadas, independente de incentivo fiscal, a ter percentual de portadores de necessidades especiais dentro da empresa -, vão ter dificuldades semelhantes. Não estou dizendo que são iguais. A associação tem esse caminho, e em primeiro lugar, se entende que nós temos que dar um jeito de gerar emprego em Porto Alegre. Um dos caminhos que hoje a associação vê e que vem ao encontro aqui para gerar emprego, porque quanto mais emprego gerar, num primeiro momento, independente para quem, você está aumentando riquezas em Porto Alegre, colocando mais oportunidade na mão das pessoas, mais dinheiro. E quando eu digo botar dinheiro, eu tenho uma filosofia: eu trabalho e tenho o direito e o merecimento de ser remunerado pelo trabalho de acordo com o retorno que eu dou para a sociedade. Nem

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
004ª Audiência Pública 08MAIO2017

Pauta: Debater sobre o PLCL nº 021/16, que institui o Programa Municipal do 1º Emprego

falo de acordo com o retorno que dou para a empresa, de uma certa forma. Vou pegar alguns exemplos: hoje temos uma necessidade urgente de revitalizar o nosso Centro Histórico de Porto Alegre, o nosso Cais do Porto, o nosso 4º Distrito, e até dou um exemplo bem prático de como às vezes está na nossa mão a forma de gerar emprego: eu tenho vontade, e provavelmente muitos de vocês, de vir comer um peixe ou uma tainha no nosso mercado Público, que é um referencial, no domingo, e não posso porque está fechado. Quem sabe à noite, depois das 19 horas, mesmo que estivesse aberto, teria dificuldades de vir por questão de segurança, porque as pessoas de bem têm que retomar o centro, reconquistar o Centro. As pessoas de bem, e quando digo isso, não quero dizer que o centro só tem pessoas do mal à noite, não é isso, tem pessoas, hoje, moradores de rua, que não são pessoas do mal, ao contrário, mas a sociedade tem que resolver essas questões como um todo. Ao revitalizar o Centro, e isso tem sido uma das bandeiras da Associação Comercial de trabalhar, e tem procurado trazer autoridades, seja do campo executivo ou legislativo, e isso não é só uma questão de que o Poder Público vai ter que resolver isso, a iniciativa privada tem que entrar como um todo. Então, André, esses exemplos vêm a somar com toda essa dificuldade que se tem, de atender os anseios do jovem. Nós precisamos nos unir em toda essa situação, e quem vai resolver o problema da revitalização do Centro não é a Associação Comercial, o Legislativo ou o Executivo, ou o Judiciário, é toda a sociedade de Porto Alegre. Nós temos que começar a aprender a puxar todo o mundo para o mesmo lado, e aí a associação está junto, está dentro, está procurando fazer com que essas coisas aconteçam. É no aspecto da segurança ou em todo o sentido, e a associação está lá à disposição da sociedade como um todo, dos jovens, do Legislativo Municipal, do Executivo, o próprio Prefeito Municipal já foi chamado para gerenciar neste sentido.

Outra questão que a gente coloca é a qualificação profissional, capacitação, porque toda pessoa que vai atrás de um emprego tem que ter um currículo, que nada mais é do que uma extensão da identidade dele, e esse currículo vem com tudo. Uma mãe vem com filhos onde deixar esses filhos? Não é só qualificação profissional, ela tem que ter apoio de uma creche, alguém da sociedade vai ter que propiciar para ela, porque ela não tem onde deixar esse filho. Como ela vai trabalhar? Não tem essa condição. Estamos falando do jovem aqui, de 14 a 24 anos ou de 18 a 29 anos continua jovem porque a gente sabe hoje que essas faixas todas da nossa vida se expandiram como um todo. E aí vem a questão da própria qualificação relacionada também com a questão da educação. Foi

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
004ª Audiência Pública 08MAIO2017

Pauta: Debater sobre o PLCL nº 021/16, que institui o Programa Municipal do 1º Emprego

citado aqui na mesa, não sei se pela Geórgia ou pelo parceiro da FGTAS, questão das pessoas com dificuldade inclusive do ensino fundamental. Quando a gente fala em ensino fundamental ou médio, não estamos falando ainda de qualificação profissional, mas de educação básica. Ele pode fazer, junto com a educação básica, tanto no ensino fundamental como no ensino médio, ele pode fazer concomitantemente um curso técnico de nível médio num outro turno ou até um curso de qualificação. E aí existem programas. Agora, nós sabemos que foi uma retração muito grande do Pronatec, que foi um programa excelente do Governo. Houve dificuldade, teve alguns desvios nesse programa, que se teve dificuldade, eu estou falando, por exemplo, porque eu trabalhei por 43 anos no Senai, nos quais, durante 23 anos, eu gerenciei a área de educação profissional do Senai no Rio Grande do Sul. O Senai atendia, na ocasião, 160 mil alunos. Desses 160 mil alunos, 50 mil, em 2012, por exemplo, foram do Pronatec, e aí eram praticamente jovens. É um programa excelente, mas, dados os números da nossa economia, quer dizer, caiu. O Senac, eu tive oportunidade de trabalhar quase dois anos no Senac, depois que me jubilei no Senai; não falo a palavra aposentado, não que ela seja feia, me jubilei, fui trabalhar. O Senac é a mesma coisa também. Só que essas duas instituições, elas não conseguem fazer tudo. Tem os Institutos Federais de Educação que fazem um excelente trabalho em matéria de qualificação profissional. E aí entra o seguinte, a própria associação comercial se deu conta, lá no início, inclusive, nessa história toda, que ali, aquele prédio do Palácio do Comércio, e eu morando há 30 anos em Porto Alegre, eu pensava que aquele prédio era da Federasul e não é. É da Associação Comercial de Porto Alegre, para a minha surpresa. E aquele prédio tem um centro de eventos, gente. Tem vários andares com salas de aula, e, então, vamos botar uma escola de negócios. A associação está criando, já está começando a desenvolver cursos ali dentro, uma escola de negócios voltada à área de comércio e serviço, que é o fim da associação comercial. Esses cursos vão ser voltados ao trabalhador da área de comércio e serviço, ao empresário da área de comércio e serviço, que eu acho que ele precisa ser muito capacitado, e ao gestor da área de serviços, seja o gerente de uma loja, que não é o dono do negócio, seja um supervisor, nesse sentido. Vêm recursos de onde? A associação comercial não tem recursos ainda. Tudo bem - ainda. Porque em Porto Alegre existem dez mil empresas ou profissionais liberais potenciais a serem associados da associação. Vocês sabem quantos existem hoje? Só 800. Então, existe todo um projeto de buscar mais sócios, enfim, e de a associação buscar parcerias, que, no momento em que ela

aparecer no mercado, buscar parcerias com o Sebrae ou com outros. Existem outras instituições a fundo perdido em que se pode fazer qualificação profissional. Mas tem um detalhe, a educação básica tem que funcionar também. Perde-se muito na educação profissional, e aí eu digo isso de cadeira com todo o respeito a quem pensa ao contrário ou pensa diferente, mas é muito difícil fazer qualificação profissional, quando a gente recebe um aluno do ensino fundamental ou do ensino médio que não sabe ler, gente. Ler não significa correr atrás de palavras; digo interpretar. Fazer um cálculo básico de uma regra de três, que era coisa lá do ensino fundamental; era, ao menos no meu tempo em que estudei, quer dizer, primário e ginásio. Quer dizer que é muito difícil você fazer qualificação profissional, se você tem que dar atenção ao ensino fundamental, você perde qualidade na qualificação profissional. Então, é um todo. Nós temos que dar um jeito de melhorar na educação básica, ou seja, ensino fundamental e ensino médio; melhorar a educação profissional como um todo; ampliar os meios, com toda esta situação, e procurar, através de realizações inteligentes, buscar formas de a gente incentivar isso como um todo. Foi citada a legislação do estágio. A legislação do estágio, por um lado, foi uma tragédia, porque nós tivemos experiências de empresas que praticamente contratavam quase cem por cento dos alunos que estagiavam. Só que elas faziam um contrato de estágio, que, às vezes, levava mais de dois anos com um aluno, dois a três anos. Com a lei do estágio, não podia mais fazer mais de dois anos. E o que terminou acontecendo? No meio da história toda, o aluno ainda em curso, não podia ficar mais, por lei, a empresa cancelava esse estágio de dois anos e buscava outro. Quem é que tinha oportunidade de pegar um emprego, provavelmente, o segundo. O primeiro se perdia no caminho, frustrado, enfim, às vezes, era um bom candidato e ela não podia empregar, de uma certa forma. Por quê? Porque a vaga daquele perfil, como você cita, exigia que tinha que ter, no mínimo, um técnico de nível médio, e ele não tinha, não estava formado ainda. O que foi no segundo? Conseguiu, porque concluiu há tempo. Então, tu tens todas essas questões assim, que eu acho que tem que se pensar como um todo, e a associação comercial está aqui, eu digo, para cada vez mais se fazer presente. Ela se sente lisonjeada de ter sido convidado, André, e estamos à disposição, e o Presidente claramente está à disposição para se engajar em qualquer projeto que venha fazer com que a nossa Porto Alegre se torne mais pujante como um todo.

**O SR. PRESIDENTE (André Carús):** Obrigado, Jorge, que representa a Associação Comercial de Porto Alegre. Eu vou passar a palavra para o Luciano Mirales, que coordena a agência do Sine e também representa, junto com o Diretor Darci, a Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social.

**O SR. LUCIANO MIRALES:** Boa noite a todos, sou Coordenador da Agência de Emprego aqui do Sine em Porto Alegre, vinculada à Secretaria do Trabalho, vinculada à Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social, na qual, junto comigo, nosso Diretor Técnico Darci. Quero te cumprimentar, Ver. André Carús, por esta iniciativa, que a gente está podendo discutir a empregabilidade, neste primeiro momento, dos jovens. Quero cumprimentar também Geórgia, representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social; Jorge Vicente, Presidente da Associação Comercial de Porto Alegre e o nosso Presidente da Uges representando o segmento jovem estudantil aqui na Capital. Eu acho que por tudo que a gente ouviu aqui na abertura do Vereador e de todos os membros que deram o seu relato sobre a dificuldade que a gente tem no dia a dia de estar colocando o jovem no mercado de trabalho... Não só o jovem, mas muitas pessoas estão indo até as nossas agências hoje, nos procuram, muitas pessoas também da terceira idade. Houve bastante crescimento nessa condição de procura também. Para ajudar e tentar contribuir, Vereador, eu não sei se este projeto já está definido ou se pode haver alguma alteração. Por quê? Porque, anos atrás o Governo do Estado do Rio Grande do Sul também tinha esse Programa Primeiro Emprego, no qual eu tive a honra de poder trabalhar. Ele era vinculado, Darci, a FGTAS. Na época, a sede era aqui na Rua Washington Luiz, e a gente tinha esse programa estadual Primeiro Emprego. Eu vejo, Vereador, que, com essa questão da reforma trabalhista, que está em discussão hoje, já foi até aprovada pela Câmara e está no Senado, incentivada agora pelos pais e pelo âmbito familiar, a juventude está indo em busca do emprego mais cedo do que os 18 anos, e eu vejo com bons olhos que a gente, através desse projeto, diminua de 18 para 16 anos, porque o que a gente mais vê hoje nas agências do Sine, principalmente nas agências do Sine que confeccionam e encaminham carteira de trabalho, a juventude lá fazendo a sua primeira carteira de trabalho para futuramente tentar ingressar no mercado de trabalho. Então, seria uma proposta nossa poder reduzir de 18 para 16 anos em cima desse projeto de uma reforma trabalhista que a gente vai ter que contribuir cada vez mais, e as pessoas



Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
004ª Audiência Pública 08MAIO2017

Pauta: Debater sobre o PLCL nº 021/16, que institui o Programa Municipal do 1º Emprego

vão ter que começar mais cedo... (Ininteligível.). Essa é uma opinião minha para tentar discutir aqui com vocês aqui nesta audiência, para tentar contribuir.

Vou mais adiante, também, Vereador: a gente sabe que a Prefeitura de Porto Alegre tem parcerias com diversas empresas terceirizadas, do serviço terceirizado; talvez, dentro dessas terceirizadas, quando elas foram para uma licitação, essas empresas que prestam serviços em diversos setores da Prefeitura, que elas tenham o compromisso de estar contratando o jovem nessa faixa etária e estar ingressando dentro desse programa. Essa é uma proposta que eu faço para tentar ajudar aqui a encaminhar. Não vou me tornar repetitivo, porque todos os outros que me sucederam já falaram muito bem sobre a questão do dia a dia do mercado de trabalho e eu quero tentar aqui avançar um pouco mais e tentar contribuir nesse projeto, nesse programa também.

Em cima disso, eu queria discutir aqui e levar mais uma proposta de talvez, dentro do concurso público municipal, estar engajado o programa, que aí, com certeza, numa Prefeitura, e até aqui na Câmara de Vereadores, assim como o Executivo, estarmos todos juntos através da sociedade civil organizada, como a UMESPA e as outras entidades. Se não me engano, na semana passada teve aqui a semana do jovem empreendedor, através da Associação do Jovem Empreendedor – AJE, que também pode ser uma parceira desse programa para buscarem essa parceria público-privada – não deixa de ser uma parceria público-privada entre o Município e as empresas que aderirem ao programa. Essa foi a minha contribuição do dia a dia, que tão bem foi falado pelo Geórgia, que a gente que está ali acompanhando, com os nossos brilhantes funcionários, Darci, e aqueles funcionários que já trabalham há mais de 20 ou 30 anos, através dos nossos programas Empregar RS, as nossas feiras de empregos, as nossas seleções que acontecem todas as semanas nas nossas agências, cada vez mais a gente tentando fortalecer a empregabilidade através da juventude. E a gente sabe que, quando o desemprego aumenta, aumenta a insegurança, não só em Porto Alegre, mas no Rio Grande do Sul todo.

Mais uma vez eu quero te cumprimentar. Conte com a gente, com as agências do Sine, contem com a Fundação Gaúcha do Trabalho e com a Secretaria Estadual do Trabalho. Agradeço a presença de todos aqui nesta audiência. Uma boa noite.

**O SR. PRESIDENTE (André Carús):** Obrigado, Luciano. Vou passar a palavra para o Marcos, que o nosso presidente da União Gaúcha dos Estudantes secundaristas; após, temos uma inscrição da plateia e vamos para as considerações finais.

**O SR. MARCOS ADRIANO PRESTES:** (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Quero dizer que, em nome da União Gaúcha dos Estudantes, a gente se sente muito honrado em poder estar participando, e principalmente, participando num momento em que o projeto está em discussão ainda. Eu acho que isso é o mais interessante, e, principalmente, o que mais atrai o jovem, na verdade, a participar, é o momento em que podemos construir com os Vereadores, com o Legislativo, o que a gente pensa sobre o primeiro emprego. Acho que os relatos foram bem significativos, aqui da Mesa, a respeito do que se encontra hoje. O Brasil atravessa uma crise aguda na sua história e se encontra com mais de 13 milhões de desempregados, segundo o IBGE; e, quando se tem 13 milhões de desempregados, é óbvio que o jovem, como bem disse o companheiro da associação comercial aqui de Porto Alegre, vai ser também um dos principais prejudicados pela falta de experiência, enfim, por não ter a qualificação profissional ainda adequada. Então, o jovem está sempre ali na ponta da linha de frente, com mais dificuldade de acesso ao primeiro emprego. Nesse sentido, a gente quer trazer essa contribuição. Nós acreditamos que esse incentivo ao primeiro emprego vem, justamente, na época em que o jovem mais precisa, em que o trabalhador, o desempregado mais precisa.

Teve até uma foto bem famosa, aqui em Porto Alegre, da fila do desemprego, ali no Glênio Peres, na Praça XV, que foi um negócio triste, do ponto de vista econômico para a vida da nossa Cidade, para o nosso Estado. E isso tem se repetido várias vezes em várias cidades do País. Esse incentivo ao primeiro emprego é muito importante para o jovem, mas é importante também que a gente consiga, posterior a isso, tentar levar para as escolas municipais de Porto Alegre, para a rede estadual aqui da Cidade, que a gente consiga fazer com que esse jovem tenha um aperfeiçoamento e saia mais qualificado para uma entrevista de emprego, que é um dos principais requisitos para que consiga acessar o primeiro emprego e estimular os cursos profissionalizantes. Nós temos como bandeira nossa, tirada em Congresso, defender o ensino técnico integrado nas escolas, assim como acontece nos institutos federais de educação. A gente acha que o jovem hoje precisa tomar alternativa, se ele não consegue entrar na universidade, se está muito

difícil. O jovem tem que escolher: ele não é obrigado a terminar o ensino médio e entrar para a universidade; ele pode cursar um curso técnico e já querer entrar no mercado de trabalho. Eu acho que isso, também, a realidade econômica do País, acaba jogando para esse lado. A gente precisa entrar, infelizmente, mais cedo, no mercado de trabalho, para ajudar em casa, ajudar a família ou até mesmo para conseguir independência, tão sonhada por nós na juventude. Eu acho que o projeto vem em bom momento, repetindo. Eu acho que, quanto mais incentivos a gente tiver para a juventude entrar no mercado de trabalho, melhor. A juventude quer ocupar os espaços, quer participar, quer trabalhar, ao contrário do que muitas vezes escutamos falar, que o jovem é desinteressado, que não quer estudar, que não quer trabalhar, que quer viver dos pais. Eu acho que, ao mesmo tempo em que temos isso, temos também o fato de que o jovem quer ser independente. A gente quer trabalhar, quer poder morar sozinho, seguir estudando, se aperfeiçoando, ter um bom emprego, enfim, progredir na vida, como a gente diz. Eu acho que é importante adequar, e, o mais importante, que eu acho que o senhor conseguiu, é trazer esse diálogo aqui, amplo, trazendo fóruns governamentais e empresas para esse diálogo. Acho que é importante, porque as empresas precisam de mão de obra, e a gente precisa de um emprego, então é um momento em que a gente também tem que conciliar os conflitos, porque a gente quer ajudar o nosso País a sair dessa crise.

Acho que as reformas que avançam em Brasília também fazem com que os jovens tenham ainda mais preocupação em ingressar no mercado de trabalho. Vai ser mais difícil se aposentar, enfim, temos que trabalhar cada vez mais cedo, pelo jeito. Nós queremos levar essa contribuição para as escolas, para os grêmios estudantis, para os estudantes, fazendo com que possamos ter um projeto como esse de incentivo para as outras Prefeituras aqui no Rio Grande do Sul. O jovem quer trabalhar, quer ter emprego, quer se qualificar, e, quanto mais a gente estimular isso, mais Porto Alegre ganha. Quem ganha é a Cidade, é o comércio, é a economia que vai girar aqui no nosso Município. Então a UGES está à disposição para contribuir no debate, para levar isso às nossas bases e para ajudar a construir uma Porto Alegre em que o jovem esteja inserido no mercado de trabalho.

**O SR. PRESIDENTE (André Carús):** Obrigado, Marcos Adriano, Presidente da UGES. É importante também que o movimento estudantil secundarista e universitário tenha essa participação, porque muitos acabam evadindo do ensino secundarista e do ensino

superior pela falta de oportunidade, e nós pretendemos que o projeto vá nessa direção. Obrigado pela presença.

Nós temos a inscrição da professora Alba Pereira Bica, que é da Escola Municipal José Mariano Beck. A escola, que fica na região da Vila Bom Jesus, tem 25 anos de história na nossa Cidade. A Sra. Alba Pereira Bica está com a palavra.

**A SRA. ALBA PEREIRA BICA:** Em primeiro lugar, eu gostaria de dizer que eu me sinto perfeitamente à vontade e muito encantada em vir participar da discussão desse projeto. Eu quero dizer para vocês que eu circulo pela Vila Bom Jesus há mais de 40 anos e já vivenciei tudo o que podia acontecer lá. Desde muitos jovens... Hoje, eu sou bisavó – seria, no caso deles, considerando que a maioria dos jovens prolifera sem ter um planejamento com os filhos que vai ter. Nós, enquanto escola, sempre nos preocupamos com isso, considerando que os próprios projetos que hoje existem na rede começaram dentro do Mariano Beck, como a fundação Themis, como o Projeto Calábria, sempre procurando alternativas para tirar o nosso jovem das drogas. A escola vive constantemente uma luta, como diz o senhor, entre segurar o aluno e perder ele para a droga, considerando também que a nossa vila tem um dos maiores índices de violência que se tem em Porto Alegre. Bom, o que aconteceu? Quando chegou o ensino noturno... As escolas todas fazem a famosa limpeza, então ele vai cair de noite em alguma escola, na faixa de 15, 16, 17 anos ou mais, sem qualificação nenhuma, porque o nosso aluno é um aluno de autoestima muito baixa, sim, é um aluno que traz uma herança cultural muito ruim, é um aluno que tem muito pouca qualificação escolar, e ele mesmo não acredita que possa ter perspectiva de vida; mas eles são jovens que têm todas as condições de enfrentar o mercado de trabalho, desde que lhes deem oportunidades. A gente resolveu criar um plano piloto. Ficamos com aquele monte de jovens à noite, que, de dia, não faziam nada, quanto mais passar o dia todo sem fazer nada para ir para a escola à noite. Eu comecei a procurar instituições que pudessem me auxiliar no Jovem Aprendiz. Eu procurei os cabides, eu procurei empresas. Alguns até acharam que eu era meio louca quando comecei a mostrar que a gente só poderia reverter a situação com a educação e com a ocupação dos jovens. Não adianta nós só abrimos presídios e mais presídios se não investirmos nessa base, então a gente começou a colocar diversos alunos. Todo o nosso noturno está dentro do Jovem Aprendiz. Então o que acontece? Inicialmente, eles vinham com aquela postura – tu sabes como é um jovem de periferia, usando gírias, se

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
004ª Audiência Pública 08MAIO2017

Pauta: Debater sobre o PLCL nº 021/16, que institui o Programa Municipal do 1º Emprego

vestindo mal, dizendo tudo que é tipo de nome, aquelas coisas, afrontando as autoridades e tudo mais –, mas, quando eles começaram a participar do Jovem Aprendiz, na mesma semana, a gente notou uma mudança violenta neles, até porque eles têm uma qualificação, eles são ensinados, são orientados para um tipo de tarefa. Eles já chegavam na escola à noite, botavam o bonezinho embaixo do braço, tiravam o fone ouvido, “boa noite, professora”, “com licença”. De onde fariam uma coisa dessas antigamente? Então eles mudaram da noite para o dia. Nós criamos tipo uma cooperativa, cada um dizia como ia ajudar em casa a família, com o dinheirinho que eles iam receber no Jovem Aprendiz. Depois desses dois anos – de 16 para 18 anos –, eles foram para o quartel, pessoas completamente diferentes. Inclusive, as empresas foram nos visitar para perguntar a eles o que achavam que tinham aprendido no Jovem Aprendiz. Eles eram outras pessoas! Em aparência pessoal, em tudo; na conversa, na entonação, tudo isso. Então o que aconteceu? Começou o problema, que agora eu acho que vou arrumar a solução. Eles completavam 18 anos, iam para o quartel; e, depois, o que ia acontecer? Eu me identifiquei com esse projeto do Vereador, e agradeço muito, enquanto professora de periferia, porque ele veio a calhar muito com as nossas necessidades. Eu dei o biscoito para eles, e, agora, terminou o prazo; o que eu vou fazer? Então, ele colocou esse projeto que estariam discutindo aqui.

Eu gostaria de dizer só duas coisinhas dentro desse projeto. Esses jovens que foram para o Jovem Aprendiz já têm uma qualificação de como preencher uma ficha; mas eu acho que esse projeto tinha que contemplar algum preparo, algum curso, algum treinamento para esses jovens, que, como os senhores mesmos disseram, chegam lá e não sabem nem como vão preencher uma ficha. Isso a gente até discute na escola. É a mesma coisa que o senhor falou, não sabem uma regra de três. Não está contemplado no ensino, mas a gente está na escola e está ensinando. Eles trazem aquela dificuldade, e nós já estamos cercando para que eles possam ser bem sucedidos. Então eu pediria que dentro desse projeto tivesse algum curso de qualificação e se desse um espaço X para o jovem de periferia que tem uma característica muito diferente do jovem de Porto Alegre. Nós perdemos muitos alunos no Ensino Médio, porque eles saem de dentro do miolinho da vila, e as escolas de Ensino Médio são mais adiante e eles chegam lá, literalmente, discriminados por suas aparências. E aí eles acabam desistindo. Primeiro, porque eles vão ter que caminhar muito para ir e eles podem levar dez tiros no caminho; segundo, quando eles chegam na escola, são vistos com maus olhares, porque são das vila, são

vileiros, etc. Então eu gostaria de dizer que eu gostaria muito que vocês contemplassem esses dois aspectos, e que eu estou muito feliz. Ter vindo até aqui foi um dos melhores dias. Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (André Carús):** Obrigado, Prof.<sup>a</sup> Alba. O Mário Jéferson Pinheiro foi conselheiro tutelar, uma liderança da região da Maria da Conceição e atualmente representa a Academia do Samba Puro, que faz um trabalho não só voltado para o carnaval, mas um trabalho social muito importante na comunidade, está com a palavra.

**O SR. MÁRIO JÉFERSON PINHEIRO:** Presidente André Carús, cumprimento todos os demais presentes; na realidade, já me sinto contemplado pelas falas anteriores. Só quero dar a colaboração no sentido de que eu iniciei a minha vida profissional aos 14 anos na instituição Pequena Casa da Criança, hoje, com 60 anos, na comunidade da Maria da Conceição. Na época, não era Adolescente Aprendiz, era Estafeta. Eu fui durante quatro anos estafeta da Caixa Econômica Federal, trabalhei dos 14 aos 18 anos e, naquela época, não tinha lei, não tinha carteira assinada, não tinha férias, décimo terceiro, e eu trabalhava os 365 dias do ano! E não sinto que eu tenha perdido. Pelo contrário, lá eu muito aprendi profissionalmente. Nós éramos obrigados pela instituição a estar estudando e a levar semestralmente o nosso boletim. Se hoje estou em outra condição melhor, eu devo à minha iniciação profissional e a essa instituição pela qual eu tenho muito carinho, que é Pequena Casa da Criança.

A minha única preocupação é em relação à idade desse jovem, como já foi falado aqui, fazer essa operação aos 16 anos. Eu convivo em uma comunidade também que não é diferente da Bom Jesus, que a da Maria da Conceição, no Partenon; não vejo diferença nenhuma do Moinhos de Vento, Parcão, Zona Sul, Vila Conceição, porque eu moro na Vila Maria da Conceição. Eu acredito que se nós conseguirmos para os 16 anos, vamos avançar. Hoje pela manhã, eu estava conversando com o Diretor JJ do Otávio Rocha sobre a evasão escolar. Nós estamos com duas escolas no Partenon correndo o risco de fechar por não ter alunos. Isso é uma coisa muito séria! Acho que isso também vem para colaborar com o ensino. Porque o jovem vai estar trabalhando, mas ao mesmo tempo vai estar estudando. Ele vai ter a sua formação.

Quero mais uma vez cumprimentá-lo, Vereador; e eu vim trazer o nosso abraço e a nossa colaboração lá da Maria da Conceição. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (André Carús):** Obrigado, Mário. Vou fazer algumas considerações em cima das falas, por isso a importância da audiência pública, nós conseguimos recolher aqui algumas opiniões que vão agregar valor no projeto nessa etapa final de tramitação. Nós temos uma única possibilidade de inclusão ou de supressão no projeto, que são as emendas feitas no plenário, uma vez que ele vai ser discutido.

Mas com relação às sugestões colocadas pelo Luciano, e o Mário e a Prof.<sup>a</sup> Alba reforçaram essa possibilidade, eu acredito que nós devemos trabalhar na redução para 16 anos. Por que nós partimos dos 18? Por uma questão de respeito à maior idade civil e também em respeito ao Programa Jovem Aprendiz que é executado em nível federal. E para que a gente não crie uma concorrência, entre aspas, com a atração e os processos seletivos que existem para estágio. Mas também acho que temos que ter sensibilidade. Por exemplo, a Rede Pública Municipal de Ensino em Porto Alegre é referência para o Brasil, muito embora existam dificuldades, divergências com relação à gestão da Educação no Município, e há uma resistência dos professores, dos pais, das comunidades escolares, ela é referência. Na medida em que ela tem apoio de uma política pública para aqueles jovens que estão lá não querendo abandonar os estudos, querem continuar na escola, naquele ambiente, é importante.

Também dentro das sugestões que foram apresentadas, o tema dos egressos prisionais, da reinserção social, é um desafio, porque a maior escola de crimes está dentro dos presídios. Acredito que aqui todos devem pensar assim, ou um pouco parecido. O cidadão que está no presídio aprende muitas coisas, infelizmente, e as últimas prisões que aconteceram em Porto Alegre em áreas conflagradas, principalmente na Zona Norte, na Zona Leste, os chefes do tráfico presos foram para penitenciárias federais, não ficaram aqui no Presídio Central. Pelos dados divulgados na semana passada, 75% das últimas prisões executadas pela polícia civil ou pela Brigada Militar aqui em Porto Alegre ficaram presas, mas 25%, pela frouxidão da lei penal, muitas vezes, acabaram sendo liberadas. Daqui a pouco o cara sai do crime, não tem uma oportunidade de trabalho, mas ele sai com uma missão: "Tu vais sair, vais roubar dois, três carros, vais arrecadar uma quantia em dinheiro e vais abastecer pessoas que sobrevivem dessa prática criminosa." Isso é um desafio, nós até tínhamos no âmbito do Município, na Carris, um convênio nesse sentido, na Secretaria do Meio Ambiente também, para limpeza dos cemitérios e alguns espaços públicos, e é importante se resgatar essa discussão.

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
004ª Audiência Pública 08MAIO2017

Pauta: Debater sobre o PLCL nº 021/16, que institui o Programa Municipal do 1º Emprego

Pelo que foi colocado aqui, acho que temos dois desafios: a orientação educacional, o jovem descobrir a sua vocação, descobrir qual a sua área de interesse; e a qualificação, porque, na medida em que as empresas exigem um período de experiência, elas também exigem uma mão de obra qualificada. São as duas maiores dificuldades enfrentadas pela juventude, no que diz respeito ao acesso ao mercado de trabalho.

Então o nosso projeto tem essa característica de levantar a discussão: como vamos atrair a empresa para contratar o jovem? Simplesmente criando uma lei dizendo que as empresas têm que contratar jovens? Se leis fossem resolver os problemas e a desigualdade social no Brasil, nós não teríamos nenhum miserável hoje nas ruas, não teríamos 14,2 milhões de desempregados e não teríamos uma corrupção galopante no País; não teríamos, se leis fossem suficientes. Nós precisamos de leis que produzam ações concretas e interfiram na vida real do cidadão. Lei por lei, já temos um manancial legal no Brasil, tanto que, às vezes, quando pensas em produzir uma legislação ou uma iniciativa sobre um determinado tema, vais fazer uma pesquisa e existem 20 leis sobre o mesmo tema nas esferas federal, estadual e municipal. Porto Alegre até tem uma vantagem com relação a outras capitais e outros Municípios brasileiros: aqui foi feita uma revisão da legislação municipal, e hoje também tem precedentes legislativos que evitam que nós, Vereadores, possamos legislar sobre temas que já possuem leis, o que é inútil. Inútil para a sociedade, a gente perde tempo, gasta dinheiro e não tem resultados concretos. Então, eram essas as minhas considerações, essas sugestões que foram aqui apresentadas foram muito importantes, obrigado pelas presenças.

O Sr. Jorge Ribeiro está com a palavra para as suas considerações finais.

**O SR. JORGE VICENTE RIBEIRO:** Eu gostaria de manifestar a minha adesão a todas as falas que foram colocadas aqui, salientando duas questões. A primeira delas, levantada pelo Luciano – e o Mário muito bem lembrou –, é com relação à questão da idade, dos 18 para os 16. Acho muito oportuno por uma razão muito simples. A gente sabe que, do ponto de vista da indústria, a maioria das ocupações está relacionada com risco de insalubridade, periculosidade, e a indústria geralmente não contrata alguém com menos de 18 anos, mas o comércio e o serviço podem contratar, cuidando que a ocupação não tenha relacionado risco nenhum.

Outra questão muito bem levantada pela Professora Alba é a do Programa Jovem Aprendiz. Eu acabei não tendo oportunidade de colocar, mas o Jovem Aprendiz é para 14



Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
004ª Audiência Pública 08MAIO2017

Pauta: Debater sobre o PLCL nº 021/16, que institui o Programa Municipal do 1º Emprego

a 24 anos. Senai, Senac CIEE, Link, Bradesco, Itaú são instituições que hoje estão à disposição do Jovem Aprendiz, de 14 a 24 anos. O jovem termina de fazer um curso, geralmente de um ou dois anos, no Jovem Aprendiz, sai com 16 anos, podendo trabalhar no comércio ou serviços e não consegue, às vezes, trabalhar na indústria. Não consegue, mas poderia trabalhar no comércio e serviços, qualificado com 16 anos. Pode não ter experiência por ser muito jovem, mas começa o trabalho. Vocês estão aqui com alguém que tem 64 anos de idade, me considero jovem, e sou oriundo do Programa Jovem Aprendiz, que existe desde 1942, e não só eu, somos três irmão lá em casa e os três passaram pelo Programa Jovem Aprendiz. E vou dizer, de três pessoas da classe pobre, passamos para a classe média graças ao pontapé inicial: trabalhar com 16 anos numa indústria de móveis ganhando um pouquinho mais do que um salário mínimo, mas sempre preparado para respeitar isso aí e galgar todas as questões. Fui aluno do Senai e depois virei gerente regional de toda a educação profissional, inclusive de todos esses alunos, graças ao programa, muito bem lembrado pela professora, que é um dos caminhos para nós também orientarmos nossos jovens como um todo.

Então, é essa a manifestação, de que é importante essa questão, e não existe nenhum impedimento legal de puxar para 16 anos, a não ser quando a empresa, que vai saber respeitar... (Ininteligível.), ...e ela não vai contratar se ela tem problema naquela vaga, naquele perfil para isso.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**O SR. JORGE VICENTE RIBEIRO:** Exatamente nesse sentido, acho muito bem lembrado. Cumprimento o Luciano, o Mário, a Professora e os demais membros da Mesa. Obrigado pela oportunidade.

**O SR. PRESIDENTE (André Carús):** Nós temos algumas contribuições que nós vamos considerar agora nessas modificações que vamos fazer, isso é importante, acho que a principal contribuição é essa, nós reduzimos para os 16. Nós ficamos com receio também da tramitação interna aqui na Casa que, ao estabelecer desde o princípio da apresentação do projeto os 16 anos, nós pudéssemos ter algum questionamento de confronto com a própria legislação, mas não tem. No ramo de comércio de bens e serviços não, desde que o jovem não esteja exposto...

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO:** Ao perfil de ocupação insalubre.

**O SR. PRESIDENTE (André Carús):** Que exige maioria civil. Então, nós vamos incluir isso e eu acredito que esses três pontos, a questão do envolvimento dos jovens que moram naquelas comunidades mais vulneráveis, a orientação vocacional e uma qualificação no escopo do programa, são fundamentais. Então nós vamos estudar agora, nos próximos dias, isso vai, obviamente, exigir que a gente espere um pouquinho para que ele seja priorizado para votação, muito embora já esteja apto para ser votado o projeto, mas vamos estudar, no âmbito da nossa bancada – o Regimento permite, no plenário, apresentar só duas emendas de bancada, pelo Líder de bancada –, e tenho certeza que vamos conseguir a partir dessa emenda, fazer as alterações necessárias para melhorar o projeto. Vou avisar todos que aqui compareceram e outros que não puderam participar, justificaram suas ausências, que no dia da votação acompanhem, e principalmente o movimento estudantil. Essa redução da idade, para o ensino secundarista, é importante. Nós vamos precisar do apoio de vocês para divulgar isso, porque, muitas vezes, como bem colocou aqui o Jorge, nós não nos associamos a uma determinada proposição ou um projeto porque é de um partido ou de uma corrente política que não nos identifica, mas esse é um tema de interesse público. Os jovens que têm uma preferência por um determinado partido ou por um movimento político ou social, todos, vão ser beneficiados. Ninguém está dizendo aqui que só os jovens brancos, ou só os jovens negros, ou só os jovens ricos, ou só os jovens pobres vão ser beneficiados, são todos. Claro que aqueles que estão em situação de maior necessidade vão ser mais contemplados, porque são os que mais precisam, essa é uma questão lógica, todo o processo de inclusão parte das camadas que mais estão desassistidas, que são aquelas que buscam emprego, e vocês puderam explicar bem aqui como é o dia a dia. Agradeço a presença de todos, muito obrigado, e tenho certeza que saímos desta Audiência Pública com importantes sugestões para melhorar o processo nessa etapa final de discussão e tramitação. (Palmas.)

Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente Audiência Pública.

(Encerra-se a reunião às 20h51min.)